

## MGO-CAMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 31

## 2. Introdução

### OBJETO

Contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para a prestação de serviços de seguro veicular, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, visando à cobertura dos 02 (dois) veículos oficiais da Câmara Municipal de Itaberaí, sendo:

DESCRIÇÃO	PLACA
SEGURO PARA VEÍCULO FIAT CRONOS SEDAN, 1.3 8V FLEX, ANO 2021/2022.	RBP9G49
SEGURO PARA VEÍCULO CHEVROLET SPIN 1.8 AT PREMIER ANO 2023/2024	SCJ6B48

## 3. Descrição da necessidade

A demanda decorre da necessidade de contratação de seguro veicular para a frota oficial da Câmara Municipal de Itaberaí, com a finalidade de assegurar a proteção patrimonial dos veículos utilizados no exercício das atividades legislativas, administrativas e institucionais, contribuindo para a continuidade, regularidade, segurança e eficiência dos serviços públicos.

Os veículos oficiais são empregados no deslocamento de vereadores e servidores, bem como no atendimento às atividades administrativas do órgão, estando, portanto, sujeitos a riscos inerentes ao tráfego urbano e rodoviário, tais como acidentes, furtos, roubos e outros sinistros.

Ressalta-se que a necessidade se encontra compatível com o planejamento administrativo do órgão demandante, estando prevista no plano de trabalho e alinhada às ações necessárias para a manutenção das atividades finalísticas e de apoio, conforme consignado no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Câmara Municipal de Itaberaí	Thiago Tomé de Paula Mendanha

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A inexistência de cobertura securitária para os veículos oficiais expõe a Administração Pública a riscos financeiros relevantes e imprevisíveis, com potencial de impactar negativamente o orçamento público e comprometer a continuidade dos serviços institucionais. A ausência de seguro implica a assunção direta de custos elevados com reparos mecânicos e estruturais decorrentes de acidentes de trânsito, bem como despesas relacionadas a indenizações por danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, inclusive passageiros, em decorrência de sinistros envolvendo veículos oficiais.

Soma-se a esses riscos a possibilidade de prejuízos patrimoniais decorrentes de furto, roubo, incêndio, colisão, perda total ou parcial dos veículos, além da indisponibilidade temporária ou definitiva da frota, circunstância que impacta diretamente o desempenho das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal.

Considerando que os veículos oficiais são utilizados de forma contínua para o deslocamento de vereadores e servidores, bem como para o atendimento às demandas institucionais da Câmara Municipal de Itaberaí, torna-se imprescindível a adoção de medidas que minimizem riscos operacionais e financeiros, assegurando a regularidade, a segurança e a eficiência da prestação do serviço público.

Nesse contexto, a contratação de seguro veicular apresenta-se como medida necessária e adequada, por permitir a transferência dos riscos à seguradora, assegurar previsibilidade orçamentária, possibilitar resposta célere em caso de sinistro e promover a preservação do patrimônio público.

A solução a ser contratada deverá contemplar, no mínimo, coberturas compatíveis com a natureza e o uso dos veículos oficiais, observados os padrões usualmente praticados no mercado securitário, incluindo:

- i. cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto;
- ii. responsabilidade civil facultativa para danos materiais e corporais causados a terceiros;
- iii. cobertura para passageiros;
- iv. serviços de assistência.

Os seguros deverão ser contratados com vigência anual, admitida a prorrogação da apólice, desde que haja interesse da Administração e sejam observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

A solução deverá assegurar a adequada prestação dos serviços durante toda a vigência da apólice, incluindo a disponibilização de assistência 24 horas, compatível com as práticas usuais do mercado e com a finalidade institucional dos veículos oficiais. A assistência deverá abranger, quando aplicável, serviços como reboque, socorro mecânico, atendimento em caso de pane elétrica, troca de pneus e demais assistências previstas nas condições gerais da apólice, de modo a garantir a rápida recomposição da capacidade operacional da frota e a continuidade dos serviços institucionais.

Deverá, ainda, ser assegurada a existência de canais de atendimento adequados e acessíveis para a comunicação de sinistros, com procedimentos claros para abertura, acompanhamento e liquidação das ocorrências, observados os prazos, critérios e condições estabelecidos na apólice e na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A solução deverá permitir o adequado suporte técnico e informacional à Administração, com orientação quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de sinistro, garantindo celeridade, segurança jurídica e eficiência na gestão contratual, sem geração de custos adicionais para a Administração Pública.

Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e gestão responsável dos recursos públicos, mostrando-se essencial para a adequada proteção do erário e para a continuidade das atividades institucionais da Câmara Municipal.

## 6. Levantamento de Mercado

Foram consideradas as soluções usualmente praticadas no mercado para atendimento da demanda. Após análise, constatou-se a existência de diversas seguradoras devidamente autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aptas a fornecer seguro veicular para frotas públicas, com oferta de coberturas como: colisão, incêndio e roubo/furto; responsabilidade civil facultativa para danos materiais e corporais causados a terceiros; cobertura para passageiros e serviços de assistência 24 horas.

Verifica-se, portanto, que o objeto possui natureza comum, é amplamente ofertado no mercado e apresenta padrões de qualidade usualmente definidos, o que permite a adequada comparação entre propostas e a seleção da solução mais vantajosa para a Administração.

## 7. Descrição da solução como um todo

Após a análise das alternativas existentes, verificou-se que a contratação por meio de procedimento licitatório é a solução que melhor atende ao interesse público, por possibilitar maior competitividade, transparência, seleção da proposta mais vantajosa e mitigação de riscos administrativos, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

No âmbito do estudo, foram consideradas as seguintes alternativas:

- i. Autoseguro, consistente na assunção integral dos riscos pela Administração, alternativa considerada inviável em razão do impacto financeiro imprevisível e potencialmente elevado para o orçamento da Câmara Municipal;
- ii. Contratação pontual de reparos e indenizações, solução menos eficiente, uma vez que não assegura previsibilidade orçamentária nem oferece proteção adequada contra eventos de maior gravidade, podendo comprometer a continuidade dos serviços;
- iii. Contratação de seguro veicular, alternativa que se mostra mais vantajosa, por apresentar melhor relação custo-benefício, garantir previsibilidade financeira e promover a mitigação dos riscos patrimoniais e operacionais.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de seguro veicular, mediante procedimento licitatório, configura-se como a solução mais adequada para atender à necessidade identificada.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

DESCRIÇÃO	PLACA	QTDE
SEGURO PARA VEÍCULO FIAT CRONOS SEDAN, 1.3 8V FLEX, ANO 2021/2022.	RBP9G49	1
SEGURO PARA VEÍCULO CHEVROLET SPIN 1.8 AT PREMIER ANO 2023/2024	SCJ6B48	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.391,18

O custo estimado total da contratação para os 02(dois) veículos oficiais desta Instituição é de R\$ 5.391,18 (cinco mil trezentos e noventa e um reais e dezoito centavos), com base em contratos anteriores entre a Câmara Municipal de Itaberaí e empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade de parcelamento do objeto, considerando a natureza da contratação e o quantitativo de veículos a serem segurados.

No presente caso, a contratação refere-se ao seguro veicular de apenas dois veículos oficiais da Câmara Municipal, razão pela qual não se mostra vantajoso o parcelamento do objeto. Trata-se de solução indivisível, que demanda gestão unificada da apólice, não havendo ganho de competitividade, eficiência ou economicidade com a divisão da contratação em lotes.

O parcelamento, além de desnecessário, poderia acarretar aumento da complexidade administrativa na gestão contratual; dificuldades na administração de sinistros; divergências de coberturas, franquias e condições contratuais entre apólices; prejuízo à eficiência da contratação.

Por outro lado, a contratação em lote único, mediante apólice única, permite: padronização das coberturas e condições contratuais; maior facilidade na gestão contratual; melhor controle dos riscos; possibilidade de obtenção de condições mais vantajosas, compatíveis com a prática de mercado.

Dessa forma, conclui-se que a não realização do parcelamento do objeto, com a contratação do seguro em lote único para os dois veículos, é a solução que melhor atende ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise do objeto, verificou-se que a presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem sua execução ou que devam ser realizadas de forma conjunta.

O seguro veicular a ser contratado é autônomo, não dependendo de outros contratos para sua efetiva execução, tampouco gera vínculo direto com contratações anteriores ou futuras, além daquelas relacionadas à manutenção, abastecimento e gestão da frota, as quais possuem natureza distinta e independência operacional.

Assim, a contratação pode ser realizada de forma isolada, sem prejuízo à eficiência administrativa ou à continuidade dos serviços institucionais.

Não verificam-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O objeto da contratação não possui previsão em Plano de Contratações Anual, pois não há regulamentado o PCA no âmbito municipal.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação de seguro veicular para os veículos oficiais da Câmara Municipal proporcionará diversos benefícios à Administração Pública, tais como a proteção do patrimônio público, mediante cobertura contra sinistros que possam resultar em danos ou perda total dos veículos, bem como a redução de riscos financeiros e orçamentários, ao evitar despesas extraordinárias e imprevisíveis decorrentes de acidentes, furtos, roubos ou indenizações a terceiros.

Além disso, a contratação assegura previsibilidade orçamentária, possibilitando melhor planejamento e controle das despesas públicas, e contribui para a continuidade e eficiência dos serviços institucionais, evitando a paralisação das atividades administrativas e legislativas em razão da indisponibilidade dos veículos. Soma-se a isso o incremento da segurança de servidores, agentes políticos e terceiros, inclusive passageiros, em caso de sinistros, além de promover a gestão responsável dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e responsabilidade administrativa.

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para a segurança institucional, a boa governança e a adequada gestão dos bens públicos, atendendo ao interesse público e às finalidades da Administração.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Para a adequada implementação da contratação, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à instrução do processo licitatório, incluindo a elaboração do Termo de Referência, a realização da pesquisa de preços, a definição da modalidade e do critério de julgamento, bem como a verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa.

Após a contratação, caberá à Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas, especialmente quanto à vigência da apólice, às coberturas contratadas e aos procedimentos a serem observados em caso de sinistro, em conformidade com a legislação vigente.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação de seguro veicular possui baixo impacto ambiental, uma vez que se trata de serviço de natureza essencialmente administrativa, que não envolve a aquisição de bens, a geração de resíduos ou a execução de atividades potencialmente poluidoras.

Eventuais impactos ambientais indiretos estão relacionados apenas ao uso regular dos veículos oficiais, os quais não decorrem da contratação do seguro, mas da própria atividade administrativa da Câmara Municipal. Assim, não se identificam impactos ambientais relevantes associados à solução proposta.

## **16. Posicionamento Conclusivo**

Diante da análise realizada, conclui-se pela viabilidade técnica, administrativa e econômica da contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a prestação de serviços de seguro veicular, por meio de Pregão Eletrônico, visando à cobertura de 02(dois) veículos oficiais da Câmara Municipal de Itaberáí.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo de contratação, mediante a instrução das etapas subsequentes, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação encontra-se devidamente demonstrada neste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a solução proposta é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente compatível com a legislação vigente. O objeto possui natureza comum, é amplamente ofertado no mercado por seguradoras devidamente autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, permitindo a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, a contratação assegura a mitigação de riscos patrimoniais e financeiros, garante previsibilidade orçamentária, preserva o patrimônio público e contribui para a continuidade e eficiência das atividades institucionais da Câmara Municipal, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e responsabilidade administrativa.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para as fases subsequentes.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO TOME DE PAULA MENDANHA**

Setor de Almoxarifado



*Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 10:34:12.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01. DFD.pdf (62.02 KB)